

José M. D. Poças
Médico



A montanha que pariu um rato

(“O Estado sou EU”, Luis XIV, Rei de França, 1638-1715)

Continuando na senda de intervir cívica e publicamente, embora com alguma irregularidade é certo, na revista nacional da associação que representa a classe profissional de que faço parte integrante, e a inspirar-me na riqueza interminável dos mais diversos aforismos existentes e mais ou menos (re)conhecidos, perante aquilo que vou constatando ocorrer com frequência crescente e com confessada imensa preocupação, acho verdadeiramente imperioso reflectir com os meus pares e os demais cidadãos, sobre o seguinte tema, que reputo de capital importância: onde está o Estado? Que papel desempenha no presente, no meu país? E qual o que deveria desempenhar, na sociedade contemporânea?

Confessando que sou dos que entende que não é propriamente a dimensão do Estado que afere da eficácia para desempenhar as suas principais funções, pois existiram, ao longo da nossa História coletiva, inúmeros bons (e maus exemplos) que conseguem corporizar esta sentença, bastando invocar o que se passou com a evolução da realidade político-económica dos países nórdicos da Europa, em confronto com o que acontecia nos denominados países da esfera soviética. Como é fácil de constatar, na realidade atual, existe um avanço verdadeiramente avassalador da teoria neoliberal que vai sendo idolatrada como a panaceia universal para todos os males da sociedade através da figura de Estado-Regulador. Não é propriamente este conceito, mesmo assim, que me causa, “*ab initio*”, problemas existenciais de fundo, mas antes verificar que se trata quase sempre de um embuste eufemístico, porque o que os seus maiores defensores verdadeiramente querem é a sua completa (mas não confessada) desarticulação, não como os ideólogos do comunismo liber-

tário o preconizaram após a Revolução Francesa, mas antes com o propósito de vir a ser integralmente substituído pelo Mercado, a nova coqueluche conceptual do nosso tempo. Levado ao extremo, as pessoas passarão tendencialmente a ser encaradas como sendo as peças de uma imensa máquina industrial, ou seja, perfeitamente descartáveis num prazo pré-determinado e, enquanto profissionalmente ativas, remetidas muitas vezes para o mero desempenho de um trabalho repetitivo e puramente alienante, tal como foi genialmente satirizado no filme “Tempos Modernos” pelo inimitável Charlie Chaplin. O “direito” a vestir a pele de um Ser Humano na sua plenitude e dimensão, passará a ser encarado como que um exotismo e um empecilho, pois exige-se a infalibilidade e a obediência acrítica a qualquer preço às chefias, como tão bem o imaginou o grande escritor inglês Aldous Huxley no romance visionário “O admirável Mundo novo”. Por isso, o incapacitante “*burnout*”, que afeta já muitos cidadãos, a depressão que é também uma verdadeira praga das sociedades contemporâneas, e algumas outras disfunções altamente limitativas, vão dando corpo à nova teoria emergente e tornam cada um daqueles infelizes num verdadeiro espelho civilizacional. Como consequências desta crua realidade, a taxa de suicídios, gravidezes tardias, casais que optam conscientemente por não deixarem descendência biológica direta, os divórcios, o consumo de psicofármacos e das denominadas substâncias de adição, a violência decorrente da desadaptação e da miséria social ou da intolerância étnica e religiosa, os partidários dos diversos nacionalismos mais extremistas, etc., são fenómenos que vão num crescendo em muitos pontos do globo, ameaçando seriamente os

alicerces em que a denominada sociedade ocidental foi edificada até ao momento presente.

Vários estudos demonstram insofismavelmente que uma parte muito significativa daqueles problemas são ainda mais prevalentes entre os profissionais de saúde do que na população em geral, o que em muitos países é já a corporização de uma profunda crise vocacional. A emigração massiva de cidadãos nacionais para outros países europeus, que se verificou desde o início da presente década, é disso um eloquente exemplo.

Mas então quais deveriam ser as funções do Estado, pergunta-se? Na generalidade, poder-se-á dizer, penso que de uma forma assaz consensual, que deve ser sobretudo o garante do bom funcionamento de todas as actividades essenciais de uma sociedade, quer como prestador direto, quer como "simples" regulador, designadamente de tudo o que tiver a ver com a governação propriamente dita, a segurança da nação enquanto país independente e a dos cidadãos, a actividade legislativa, a administração da justiça, a representação diplomática entre Estados e nas grandes organizações oficiais de carácter transnacional, devendo ainda assegurar o acesso de todos a uma educação e a uma saúde com qualidade, sem descurar os vetores estruturantes fundamentais da actividade financeira e económica. Se tiver os meios para efectivamente intervir com eficácia, garantido assim a equidade na distribuição e administração dos principais recursos, não me repugnaria nada que, nalgumas das actividades anteriormente referidas, atuasse apenas enquanto regulador e não como prestador direto, designadamente nas que não tenham a ver com as questões de soberania, no respeito pela saudável iniciativa individual e a liberdade de expressão que sejam exercidas com a necessária responsabilidade social.

A realidade é, porém, bem diversa, consoante a época histórica que for considerada, o que remete também para a imprescindível ponderação daquilo que é o âmago da tradição de cada país. Foi o que assistimos na resposta à última crise económica mundial que deflagrou já na presente década. Na tentativa de evitar a repetição do cenário aterrador que se verificou nos anos 20 do século passado, mais conhecida por época da "lei seca", onde pontificaram os denominados "sindicatos do crime", encabeçados pelo "gangster" mafioso mais célebre de sempre, o famosíssimo Al Capone, até os líderes do capitalismo internacional vieram logo solicitar a célere intervenção dos governos e dos respetivos bancos centrais, pois não queriam sequer imaginar a falência completa e generalizada da banca internacional, mesmo que isso representasse, como veio a acontecer, o conseqüente enorme aumento da dívida pública de cada país. "Logo se vê", disseram, em angelical e uníssono coro!

Tardiamente, o BCE veio a tentar por cobro à agiotagem financeira internacional provocada pelo disparar dos juros da dívida pública dos países mais atingidos da CEE (incluindo logicamente Portugal), mas as autoridades comunitárias têm resistido à mutualização da mesma (na totalidade e, mesmo, da parte correspondente aos anos que se seguiram ao de-

flagrar da crise) como tem sido lucidamente proposto por muitas individualidades de alguns países. A coragem e a solidariedade que deveria ter existido de início, faltou pois nos momentos chave e o esforço hercúleo dos cidadãos das sociedades mais atingidas, serviu fundamentalmente para salvar os interesses corporativos privados da banca internacional, muita vezes geridos de forma completamente irresponsável e impune a soldo do mais genuíno espírito de pura e obscena ganância. Mas que grande incoerência e que desastrosos resultados...

É, assim, na realidade nacional presente, que o Estado diminuto que restou da ressaca da crise, no seio do qual as autoridades oficiais fizeram crer que "apenas" lhe tinham sido retiradas as "supérfluas gorduras", mas a verdade é já lhe extirpar também os músculos, estão a começar de lhe arrancar os tendões e ameaçam vir a desarticular-lhe o esqueleto por completo, qual caricatura tosca do corpo de um defunto vítima de atroz cataclismo! Para quê? Com que propósito afinal?

Exemplos (em Portugal):

Os agentes da PSP vão de transportes públicos acudir às ocorrências das populações urbanas, porque muitas das suas viaturas estão inoperacionais por não haver verbas para as reparar e comunicam entre si, com frequência, através do seu telemóvel pessoal, o principal museu nacional de arte tem, em plena época turística estival na sua cidade capital, muitas das suas salas fechadas por falta de vigilantes, o mesmo acontecendo com a Biblioteca Nacional, morrem dezenas de pessoas em incêndios e centenas de casas, empresas e explorações agro-pecuárias ficaram destruídas com o contributo da inoperacionalidade do sistema nacional de comunicação em estado de emergência civil, as armas do exército foram roubadas dos seus paióis porque o sistema de videovigilância estava avariado, a vedação que delimita o local onde se situam não foi devidamente concertada a tempo e a sua guarda pelos meios humanos apropriados não cobre a totalidade do dia, a denúncia pública acerca de disfunções que podem acarretar gravíssimas conseqüências (como a que fiz recentemente a propósito da inexistência de áreas de serviço de reabastecimento de combustível ao longo dos mais de 80 Km da A13 que liga a A23 a Coimbra) ficou por responder por parte das autoridades ministeriais que a ela superentendem, apesar de atravessar às áreas limítrofes do incêndio de Pedrógão Grande, etc., etc., etc.

E na saúde (também no nosso país)?

A faixa etária dos médicos que garantem neste momento o essencial das actividades do SNS rondará os cerca de 55 a 65 anos, em alguns Serviços os Directores com a categoria de Chefe de Serviço chefiam-se a si mesmos, pois o que têm como colaboradores diretos, resume-se à prestação de umas

quantas horas semanais de colegas contratados (como acontece com a Anatomia Patológica e a Dermatologia), os blocos operatórios encerram frequentemente por falta de anesthesiologistas, a diferenciação técnica das equipas da urgência geral dos hospitais públicos de média dimensão decresceu enormemente no espaço de uma década e não conseguem cumprir adequadamente, algumas vezes, a missão que é suposto desempenharem, constatação que se estende à urgência pediátrica e à obstétrica (com as particularidades que lhes são reconhecidas), a realização dos exames auxiliares de diagnóstico e/ou a obtenção dos seus inerentes resultados (sobretudo de Imagiologia) é de tal forma demorada em muitos casos que atrasa enormemente a obtenção do diagnóstico correto dos doentes (logo, tendo implicações de monta no início do tratamento mais indicado e postergando ainda mais a alta clínica dos doentes das enfermarias hospitalares), porque a contratualização externa de serviços é muito restringida e os recursos internos humanos especializados estão exauridos, os casos de índole social acumulam-se nas urgências e nas enfermarias dos hospitais públicos por dias (quando não por semanas ou meses), o acesso aos cuidados paliativos e continuados ainda não corresponde suficientemente às necessidades efetivas das populações, a assistência médica aos doentes detidos em meio prisional é caótica, o atraso no ritmo da implementação da novas Unidades de Saúde Familiar e na promoção das existentes a Modelo B fica muito aquém do pretendido e anunciado, a Carreira dos Médicos de Saúde Pública está num verdadeiro limbo de indefinições, o sistema de avaliação imaginado para ser aplicado às carreiras médicas é de tal forma desadequado que ficou a hibernar em quase todas as gavetas dos supostos responsáveis pela sua implementação, o tempo para a integração da (verdadeira) inovação terapêutica no armamentário farmacológico é cada vez maior, o mesmo acontecendo com a aprovação dos ensaios clínicos, os sistemas informáticos disponíveis são um verdadeiro imbróglgio, por serem demasiadamente lentos e ficam frequentemente inoperacionais por longos períodos, o acesso a algumas bases de dados, como o caso do SiVIDA, permanece indevidamente vedado, mesmo para projetos independentes de investigação, a burocracia reinante é verdadeiramente ciclópica, os relatórios de "benchmarking" que vão sendo oficialmente divulgados comportam cifras que carecem da necessária homogeneização metodológica para serem corretamente interpretados, etc., etc., etc.

Consequências?

O grau de frustração e de esgotamento físico e psíquico dos médicos são realidades crescentes, as demissões de cargos de chefia sucedem-se ciclicamente, a composição das escalas das equipas de urgência

é um verdadeiro quebra-cabeças para os seus responsáveis, as reclamações por parte dos doentes não diminuem, e a perplexidade é enorme perante a constatação do desnrte e da incoerência relativos à implementação de algumas das políticas do setor, bastando para isso invocar o que se passou muito recentemente com o Despacho que pretendia inconfessadamente, na prática, restringir muito o número de doentes com Hepatite C a poderem ser tratados através do financiamento centralizado estatal que vinha a ser utilizado, quando escassos dias depois foi revogado e volvidos outros tantos dias se decidiu emitir em catadupa os documentos de compromisso financeiro para que as muitas dezenas de doentes que dele aguardavam há meses pudessem ser finalmente tratados, assim como ainda o facto dos infectados pelo genótipo 2, por não ter sido explicitamente incluído nas negociações com os respetivos laboratórios da indústria farmacêutica detentores das patentes dos medicamentos aprovados, e que permitiria o seu tratamento com a eficácia reconhecida, só lhes restar uma de três hipóteses presente-mente (não serem tratados, serem tratados com esquemas sub-ótimos e já internacionalmente não recomendados, ou onerarem indevidamente as instituições onde fazem o seu seguimento clínico regular). Onde estará a lógica? Quem se responsabilizará pelas consequências desta iniquidade que fere a ética profissional médica e o direito constitucional do cidadão a ser tratado com a adequação exigível a um Estado de Direito democrático como, supostamente, será o nosso? Quem se responsabiliza pelo verdadeiro "rombo" no erário público que tal acarreta? Não compreenderão estes responsáveis que impor um teto à despesa não é necessariamente incompatível com não obstaculizar o tratamento de todos os doentes num prazo adequado e aceitável?

Retomemos o início desta curta dissertação. Ainda bem que já não estamos no tempo do apelidado Rei Sol, durante o reinado do qual o mesmo terá alegadamente afirmado a enorme "boutade" de se confundir ele próprio com o Estado de que era soberano absoluto. Mas também não deixemos de refletir sobre a nefasta e paralisante exiguidade da capacida-

O "direito" a vestir a pele de um Ser Humano na sua plenitude e dimensão, passará a ser encarado como que um exotismo e um empecilho, pois exige-se a infalibilidade e a obediência acrítica a qualquer preço às chefias.

de objetiva de atuação do Estado atual que (supostamente) é responsável (?) pelo nosso destino coletivo.

Relembro pois três pensamentos eternamente atuais e que vêm muito a propósito deste desabafo, e sobre os quais desafio todos a meditarem bem:

- *“Um homem sem ética é uma besta selvagem sobre a terra”* (Albert Camus, pensador e escritor francês, 1913-1980);

- *“Se a vida não tem preço, nós comportamo-nos sempre como se alguma coisa ultrapassasse, em valor, a vida humana... Mas o quê?”* (Antoine de Saint-Exupéry, escritor, piloto aviador e aventureiro francês, 1900-1944);

- *“Só a partir do momento em que a criação e a manutenção de condições decentes de vida para toda a humanidade seja plenamente reconhecida e aceite como uma mera obrigação de todas as pessoas de todos os países é que, com um certo grau de razoabilidade, nós poderemos começar a falar que vivemos num mundo civilizado”* (Albert Einstein, físico alemão, 1879-1955).

Pergunto assim, a cada um dos leitores, o seguinte:

Em que estado está o cumprimento das regras da ética profissional e, mesmo, civilizacional, no nosso país? Que preço atribuímos à vida (à nossa e à do nosso semelhante, bem entendido) e quanto gastamos (e teremos vontade e capacidade para vir a gastar) com a prestação dos cuidados de saúde de que necessitamos? Estaremos mesmo cientes do

longo caminho que nos falta ainda percorrer para podermos afirmar que vivemos numa sociedade justa e verdadeiramente civilizada?

Sendo eu um ateu, não deixo de reconhecer com muito agrado que o Sumo Pontífice da Igreja Católica, o Papa Francisco, tem exortado, e com assaz propósito, todos os cidadãos deste (nosso) mundo, à urgência de refletirmos enquanto pessoas individuais e sociedade coletiva, nestas importantes temáticas.

Um último desafio: que o Estado deixe de ser um “tigre de papel”, qual “ratinho minúsculo” saído de uma enorme toca.

E dois derradeiros desafios: Que haja a coragem de suspender, invocando justa causa, o pagamento das portagens da A13, e que a respetiva concessionária seja literalmente impelida a construir, num muito curto prazo, duas áreas de serviço adjacentes ao seu troço viário, e que o Sr. Ministro da Saúde esteja suficientemente inspirado no próximo dia 28, quando anunciar o novo Plano Nacional para a Hepatite C, corrigindo todas as graves deficiências aqui apontadas. Ficaria (ficaríamos) muito satisfeito(s) com esses dois exemplos.

E deixo-vos com um último pensamento de um cidadão inglês, Prémio Nobel da Literatura e certamente um dos maiores estadistas do séc. XX, Winston Churchill (1874-1966): *“A diferença entre um estadista e um demagogo é que este decide pensando nas próximas eleições, enquanto aquele decide pensando nas próximas gerações”*.

CULTURA

EPILEPSIA

Coordenação de José Pimentel e Carla Bentes

As crises epiléticas são uma realidade diária e muito frequente na prática clínica, não só do neurologista mas também do internista, do pediatra e do psiquiatra, quer em ambiente de consulta quer no serviço de urgência ou no internamento. A evolução dos conhecimentos básicos e clínicos sobre as epilepsias tem sido surpreendente nas últimas décadas no que diz respeito aos seus mecanismos etiopatogénicos, ao seu diagnóstico e às diversas modalidades de tratamento existentes.

Esta obra editada pela Lidel começa pela história da epilepsia, seus conceitos e definições básicas, genética, mecanismos de epileptogénese e diagnóstico diferencial, passando pelo diagnóstico clínico, eletroencefalográfico e imagiológico, e terminando nas diferentes modalidades terapêuticas. São também referidos assuntos mais restritos, mas igualmente fundamentais, como sejam os aspetos psiquiátricos, neuropediátricos, os referentes a grupos de pessoas particulares, nomeadamente a mulher em idade fértil e os idosos, etc. Conta com a participação de vários especialistas da epileptologia, mas também da nova e excelente geração de clínicos portugueses que se interessam e cuidam destes doentes, o que é uma mais-valia pela integração de conhecimentos e visões diferentes.

Esta obra irá contribuir para o aumento de conhecimento não só dos médicos que lidam com esta doença mas também de outros profissionais de saúde com um papel essencial na equipa multidisciplinar que se dedica ao diagnóstico e tratamento de pessoas com epilepsia, tais como neuropsicólogos, enfermeiros, técnicos de neurofisiologia e do serviço social.

